

**ASSOCIAÇÃO JUNIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA- ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

9,0

EDUCAÇÃO INFANTIL: OS PRIMEIROS ANOS NA ESCOLA

Simone Aparecida Pires

Orientador: Prof. Ilso Fernandes do Carmo.

ROLIM DE MOURA/2007

**ASSOCIAÇÃO JUNIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA- ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

EDUCAÇÃO INFANTIL: OS PRIMEIROS ANOS NA ESCOLA

Simone Aparecida Pires

Orientador: Prof. Ilso Fernandes do Carmo.

“Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialização em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar”.

**ASSOCIAÇÃO JUNIENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA- ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus colegas de estudo pelos momentos prazerosos, dificuldades e grandes aprendizados. Aos professores do curso que me ensinaram o valor do comprometimento, amor e dedicação, através de suas aulas brilhantes e inesquecíveis. A todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste estudo, meus sinceros agradecimentos.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças espalhadas pelo o mundo que com tanto encanto e pureza nos faz ver o verdadeiro sentido da vida, reinventando a cada dia a sua infância, produzindo uma nova aurora em nossas vidas. A todos os educadores que fazem a diferença na arte de aprender e ensinar. E minha eterna gratidão a minha família pela compreensão e carinho durante toda a minha vida escolar.

RESUMO

Refletir e escrever sobre a educação infantil é antes de tudo um imenso orgulho, pois é de longa data que venho atuando nesta área. Outro ponto não menos importante é poder reunir textos que partem da prática, buscando teorias e sendo voltados ao campo que interessa a todos os profissionais que atuam com crianças pequenas. Durante a educação infantil a instituição deve propiciar diversos momentos prazerosos, onde as experiências devem ser compartilhadas e é essa troca que deve ser vista de fato como ponto central do seu desenvolvimento desde intelectual, social, afetiva e emocional. Em fim a instituição da educação infantil merece uma política que seja voltada ao seu pleno desenvolvimento e que possa garantir uma educação de qualidade, compreendendo que esse período é de preparação e formação integral do ser, formando principalmente uma sociedade consciente da sua importância enquanto cidadão. Esse trabalho educativo deve garantir condições necessárias para o atendimento das crianças, a partir desse pressuposto o currículo e a proposta pedagógica deve ser planejada, construída e orientada, baseada principalmente nas atividades e descobertas feitas pelas próprias crianças. Ao considerarmos que a educação infantil envolve cuidados especiais, podemos perceber que ações urgentes devem ser tomadas ao seu favor e conseqüentemente da forma como será organizada deve marcar sua identidade enquanto instituição respeitada e com profissionais compromissados com sua evolução no sistema educacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
Capítulo I	
Abordagem Histórica sobre a Educação Infantil.....	11
1.1. Incorporação da Educação Infantil pelos sistemas de ensino.....	13
1.2. As leis e a Educação Infantil.....	16
1.3. A política da Educação Infantil e os Desafios do Plano Nacional de Educação.....	18
Capítulo II	
Objetivos e funções da Educação Infantil.....	20
2.1. A socialização da criança.....	27
2.2. Construção da identidade e autonomia.....	32
Capítulo III	
Educação Infantil e o Referencial Curricular Nacional.....	35
3.1. Presença da linguagem oral e escrita.....	35
3.2. A estimulação da escrita na Educação Infantil.....	37
3.3. A criança e a matemática.....	42

3.4. Artes visuais e a criança.....	46
3.5. Conhecimento sobre natureza e sociedade.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
BIBLIOGRAFIA.....	52

INTRODUÇÃO

A educação infantil é uma etapa do sistema educativo crucial para a aprendizagem de valores, incluindo os valores coerentes com sua adaptação no ambiente escolar, sendo envolvidas numa cultura de paz, respeito, cooperação, a resolução não violenta de conflitos, igualdade, a não discriminação, o compartilhar, a ternura, a autonomia, etc.

Como se sabe, desde muitos pequenos aprendem direta ou indiretamente, códigos, valores, interpretam a realidade em torno do seu espaço de socialização.

Por isso, é importante que em primeiro lugar garantir o acesso de toda a população escolar na etapa educativa, ao menos no ciclo de 3 a 6 anos é em segundo lugar que esse ensino seja oferecido e baseado em critérios educativos comprometidos.

O caráter educativo dessa etapa exige, igualmente, que sejam atendidas por profissionais com a devida formação. Neste sentido quando a criança faz seu primeiro contato com o mundo longe de seu âmbito familiar, é necessário que a educação infantil estabeleça conteúdos relativos a aprendizagem, sobretudo nos aspectos referentes à educação nas áreas da construção da identidade, da autonomia pessoal, do meio físico e meio social.

Na área de identidade e autonomia pessoal as normas de relação devem ser a priori destacadas, pois a convivência diária é que ao despertará para sua aprendizagem em relação serem solidários e se ajudarem mutuamente.

È nesse período também que as crianças têm uma valorização da sua identidade pessoal, suas limitações e possibilidades.

O conhecimento dos primeiros grupos sociais de convivência- família e escola – e aprendizagem estabelece normas de convivências entre eles.

Os hábitos de uma boa comunicação propiciam com que convivam neste novo meio social, enfrentando conflitos e respeitando uns aos outros.

Vamos defender a importância do atendimento pedagógico qualificado, porque acredito ser nas primeiras idades que se instala a relação da criança com o conhecimento.

E é através da ação pedagógica que se pode provocar o “conhecer o mundo”.

Percebendo o quanto é importante aprofundar-se mais sobre a educação infantil, tem –se a preocupação de valorizar mais as capacidades e potencialidades das crianças , a construção sobre o mundo que nem sempre isso é levado em conta,não podemos tratar as crianças na pré-escola como potes vazios ,pois é ai que elas constroem seus conhecimentos.

Cabe a instituição escolar propiciar ambientes apropriados e que garanta a construção de sua identidade. E é através deste espaço que os cuidados principais devem ser assegurados, sejam eles através da higiene, da exploração da linguagem, das habilidades motoras que abrirão caminhos para o desenvolvimento integral.

Conscientizar os pais na valorização e procurar compreender, que nesta fase da escola não é o tempo de cobrar nem dos professores a função de alfabetizar, nem de seus filhos, de que eles estejam prontos para o ano posterior.

Os espaços pré-escolares devem ser motivados, prazerosos e através do lúdico, faz-de -conta, músicas e outras brincadeiras é que a criança vai tomar gosto pela escola.

O interesse pela educação infantil deve também correr de sua qualidade e assegurar pelos seus princípios fundamentais, especialmente com as crianças de pouca idade, garantindo a elas o direito de receber cuidados e carinhos favorecendo assim o desenvolvimento de sua totalidade.

Desta forma é importante que se repense sobre a educação das crianças de 0 a 6 anos, analisar os estudos para uma pedagogia voltada para a educação infantil, que possibilite espaços, compreendendo todas as realidades e principalmente garantir-lhes o direito de ser criança.

Para tanto no primeiro capítulo vamos contar um pouco da história sobre a educação infantil, sua trajetória, desafios e vitórias alcançadas, períodos de lutas a fim de se incorporar ao sistema de ensino, estabelecendo suas metas a seguir.

No segundo capítulo analisarei as reais funções e objetivos da educação infantil e o período de adaptação da criança no meio escolar.

Já no terceiro capítulo apresentarei os princípios norteadores para a pedagogia no que se refere ao Referencial Curricular Nacional. Uma abordagem em relação aos conteúdos desenvolvidos tanto para linguagem oral e escrita, quanto matemática, arte, natureza e sociedade e outros.

Para finalizar organizarei as considerações finais, apresentando as conclusões que tive no decorrer desta pesquisa que serviu de base para que este trabalho fosse concluído.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante muito tempo, a Educação Infantil era considerada como responsabilidade das próprias famílias, os quais transmitiam suas tradições, necessárias para a sua sobrevivência quando a vida adulta. Não havia nenhuma instituição responsável pela criança.

Isto nos permite pensar que a Educação Infantil como nós hoje conhecemos, realiza de forma complementar com a família, é um fato muito recente da nossa história.

O surgimento da educação infantil, de 0 a 6 anos, surgiu com o objetivo de guardar as crianças, muito associada com o trabalho materno fora do lar, a partir da revolução industrial as mulheres deixavam seus lares, onde cuidava de seus filhos e dos seus deveres de casa para entrar no mercado de trabalho. Sobre a pressão do trabalho via que a única solução era deixar seus filhos sob os cuidados das creches, passando agora a reivindicar por melhores condições no seu atendimento. *“Inicialmente o atendimento às classes populares, foi médico e sanitário, em seguida, passou a incorporar o aspecto nutricional e social, e só mais recentemente, inclui uma preocupação educacional.”* (SOUZA & CORDEIRO, 1986:25).

Creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram na sociedade a partir da década de 70 e que a importância da educação da criança pequena é reconhecida e as políticas governamentais começam a ampliar o atendimento, e a dar destaque no sistema educacional à LEI nº 5692, de 11/06/71. No artigo 19, inciso 2., onde lia-se: *“Os sistemas de ensino velarão para que a criança de idade inferior*

a sete anos recebe conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes.”

O poder público continua sempre omissivo em relação ao atendimento as crianças em idade pré-escolar. A qualidade do ensino depende de uma construção coletiva onde todos possam estar dispostos a adotar medidas concretas a fim de assumir responsabilidades de garantir um ensino de qualidade e de referência. Portanto é fundamental que se amplie a oferta de educação para as crianças de 0 a 6 anos, de modo a garantir, a todas, o direito de acesso e permanência.

A verdadeira política busca não apenas pontos quantitativos de ofertas de vagas, mas principalmente em termos qualitativos de preparação para um bom desenvolvimento integral da criança para o início do processo regular de escolaridade .

Contribuir com uma grande quantidade de crianças marginalizadas culturalmente em nível de desenvolvimento intelectual.

Nessa concepção de educação, o papel e função da educação infantil são de superar a miséria e a pobreza. As crianças das classes populares são vistas como carentes de cultura e colocam aí os requisitos ao fracasso escolar, está aí o desafio da pré-escola de tentar igualar e principalmente dar oportunidades a essas crianças.

Desde o seu início a pré-escola busca sua função e seus objetivos, enfocando sempre um lugar de brincadeiras, depois passou por todas as concepções compensatória, médicos, sociais, nutricionais e educacionais até mesmo a alfabetização.

Segundo Léa Tiriba:

“No Brasil, a educação pré-escolar sempre foi terra de todos e de ninguém. Ao longo de nossa história, sem um responsável, sem uma legislação adequada e devido a uma ausência de uma política global e integrada, o atendimento á pré-escola teve como característica básica à fragmentação”.
(1992:23)

As escolas particulares oferecem a elite brasileira um ensino cada vez mais especializado e convencido da importância desta fase no desenvolvimento da criança.

Enquanto isso a classe popular frequenta a pré-escola sob a responsabilidade atribuída aos governos municipais sem recursos suficientes para mantê-la e muito menos vontade de investir na educação infantil. Os recursos oferecidos continuam insuficientes, onde o reconhecimento de sua necessidade é claro.

É de fundamental e extrema urgência o processo de incorporação do ensino infantil aos sistemas de ensino, ao mesmo tempo vêm se apresentando em vários municípios com base na luta por efetivação do mesmo. Daí o motivo de se tornarem temas freqüentes de discussão nos diversos debates sobre o assunto.

A inclusão ao sistema educacional implica considerá-la na perspectiva escolar, ou seja, um espaço educativo onde a proposta pedagógica deverá ser considerada.

Vários educadores defendem principalmente a favor da qualidade do ensino para todas as crianças a fim de desenvolverem todos os seus potenciais, tanto físico, emocional e cognitivo.

Para Emilia Ferreiro, a pré-escola deve influenciar no processo da alfabetização.

“O que se deve fazer na pré-escola é permitir que a criança aprenda (...) permitindo-lhe múltiplas oportunidades para interatuar com a língua, permitindo-lhe assistir a atos de leitura e escrita realizadas pelos professores, dando-lhes ocasiões para que desenhe, com também para que escreva, dando-lhe oportunidades para ler para a professora; e escrever (...) é fundamental que se dê condições para a criança aprender”. (1990: 15)

A pré-escola torna a realidade e seu reconhecimento como ponto de partida, trabalhando as atividades que possuem significados concretos para a vida da criança, oportunizando-as á aquisição de novos conhecimentos. É preciso gradativamente sendo construído.

Precisamos refletir sobre a pré-escola que queremos, e que melhor convém a realidade brasileira, que atenda as especificidades de sua clientela, a fim de contribuir como sujeito do processo educativo.

1.1. INCORPORAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PELOS SISTEMAS DE ENSINO

A questão de um projeto educativo é de fundamental importância. Todos devem fazer parte desse projeto, para que a instituição crie sua própria identidade, a partir das necessidades e vontades da comunidade inserida e da população atendida.

A participação direta do professor é condição indispensável para que se efetive um projeto educativo, a fim de reconstruir valores e concepções possibilitando o desenvolvimento de novas competências para exercer seu trabalho de qualidade.

Nesta perspectiva outro ponto importante no processo de incorporação da educação infantil aos sistemas de ensino diz respeito ao profissional e a sua formação.

A consideração da educação infantil como parte da educação básica é uma contribuição decisiva da LDB, passa a ter uma dimensão maior, no momento em que tem sua função específica no sistema educacional: o de iniciar a formação necessária a todas as pessoas para que possam exercer a sua cidadania, recebendo os conhecimentos básicos para seus estudos posteriores.

Suas ações passam a ter uma intencionalidade educativa, não se restringindo mais à “guardar” e ao “cuidar”. Ou seja, é imprescindível que haja uma estreita articulação entre os projetos pedagógicos do ensino fundamental e da educação infantil, sem a incorporação daquilo que tem de nocivo na cultura escolar.

Esta nova dimensão da educação infantil gera uma valorização do papel do profissional de zero a seis anos, com um novo patamar de habilitações derivado a responsabilidades sociais e educativas que se espera dos mesmos. Em contrapartida cabe aos sistemas de ensino nesse processo de incorporação garantir aos educadores todos os seus direitos.

É necessária uma mobilização maior por parte dos sistemas no sentido de oferecer condições para o desenvolvimento e a valorização profissional.

Outro ponto é financiamento para a educação infantil. O primeiro diz respeito ao papel do Ministério da Educação quanto a sua contribuição aos Estados e Municípios. Seu papel é redistribuir com vistas a diminuir as desigualdades, dando prioridade ao ensino fundamental.

As discussões atuais caminham para a criação de um fundo particular, assim como já existe para o ensino fundamental (FUNDEF). Já foi encaminhada pelo Conselho de Educação uma proposta de criação do (FUNDEB). Através do qual teríamos os recursos específicos para esse nível de ensino onde o controle se torna mais transparente e a aplicação mais independente.

Desta forma, embora não exista uma política de financiamento específico para a educação infantil, como existe para o ensino fundamental. O MEC assume as despesas com o ensino fundamental, como merenda e livros didáticos e outros, desonera o município destas despesas, para que possa utilizar no mínimo os 10% que não estão vinculados ao ensino fundamental em investimentos na educação infantil.

Quando se diz respeito à responsabilidade de que a definição de uma política orçamentária implica um processo de negociação que envolve as três esferas do governo e a participação da sociedade na definição de suas prioridades não dependendo apenas de uma decisão política.

A política de uma educação infantil tanto quanto as demais políticas públicas define-se em um processo que é influenciado e ganha contornos de maior ou menor importância.

Um outro aspecto diz respeito à responsabilidade do município com o ensino infantil e a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 25% dos recursos arrecadados, dos quais 15% apenas estão vinculados ao ensino fundamental, existindo ainda 10% que podem ser aplicados na educação infantil.

Cabe salientar que alguns municípios do país não aplicam na educação o mínimo exigido por lei, além de outros que fazem aplicações indevidas aos recursos vindos do FUNDEF, o que aponta para um problema muito grave que é a má gestão dos recursos públicos.

Um outro aspecto se refere à necessidade de tomar a criança como um todo, promovendo o seu desenvolvimento integral, o que implica uma educação articulada entre educação saúde e assistência. É necessário fiscalizar todos os recursos em nível municipal e estadual, buscando parcerias a fim de garantir a participação do setor público e da comunidade.

É importante destacar que transferir a educação infantil da assistência para a educação implica o estabelecimento de normas e regulamentações, para o funcionamento, realização e controle por parte dos sistemas. A elaboração das normas é de competência dos conselhos municipais e estaduais seguindo as diretrizes nacionais que vem sendo elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação.

A garantia de oferecer qualidade as ações a serem desenvolvidas nas instituições de educação infantil e contribuir para o processo de transição do ensino infantil, o Ministério da Educação vem elaborando ações voltadas para regulamentar essas instituições, para a questão do currículo e principalmente com a formação profissional. Também buscando contribuir com este processo, o Conselho Nacional de Educação aprovou em fevereiro do ano 2000, o parecer nº4/200 onde são abordados aspectos relativos a vinculação da educação

infantil aos sistemas de ensino: proposta pedagógica, regimento escolar, qualificação profissional, espaço físico e recursos materiais.

1.2. AS LEIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Para que a educação infantil conquistasse o seu espaço e se assegurar conforme a lei, foram necessárias muitas lutas. As leis trouxeram avanços, procurando garantir o atendimento às crianças em instituições e a qualidade do ensino oferecido.

A constituição federal de 1988 diz que a educação infantil é um direito à criança e determina que o Estado deve oferecer esse atendimento para as crianças de zero a seis anos.

Artigo 30. A educação infantil será oferecida em:

I - Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - Pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Uma das recentes mudanças na área da educação infantil é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) de dezembro de 1996, quando foi promulgada com o número 9394/96 e incorporou o ensino infantil ao sistema educativo. No artigo 29 afirma que “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade.” (Brasil, 1996)

Com a LDB, os direitos da criança são assegurados tanto na constituição como no Estatuto da criança e do adolescente. Conquistar tudo isso não foi fácil, foi necessário uma grande batalha por parte da sociedade.

A LDB pretende valorizar as atividades que são desempenhadas nas creches e pré-escolas levando sempre em conta a integração e o cuidado com as crianças. Fica muito claro que a educação infantil é parte integrante do sistema de ensino, à medida que os professores cuidam também desempenham um papel importante no desenvolvimento completo da sua personalidade.

Por tanto não é apenas um lugar onde as mães deixam seus filhos enquanto trabalha. Outra grande conquista que a LDB trouxe foi a substituição do termo pré-escola para educação infantil.

As contribuições da LDB são muitas, mas não o suficiente, ela sozinha não consegue transformar a realidade da educação brasileira. Depende do esforço de todos, afim de que se concretize um atendimento e uma educação que vise mais qualidades no seu atendimento.

Há tempos vem se lutando pela qualidade da educação infantil, a preocupação com a baixa qualidade trouxe a criança pequena como foco principal de discussões, percebe-se que é necessário instalar um atendimento baseado no respeito, garantir princípios e formular objetivos assim como estão explicitamente estabelecidos na LDB.

É importante destacar a formação para professores e educadores que tenham de preferência o nível superior, mais ainda se permite com o curso de magistério em nível médio, são muitas as dificuldades encontradas pelos educadores leigos comum na maioria das instituições infantis.

O Conselho Nacional de Educação orienta a implantação de novas diretrizes, baseadas nos cursos de formação para professores leigos, medidas adotadas tanto no caráter pedagógico como também na orientação do funcionamento das instituições. Tudo isso publicado no Referencial Curricular Nacional para a educação infantil (RCNEIEI) um documento importante que todos os profissionais precisam conhecer o seu teor, pois orienta os principais aspectos na busca de um atendimento de qualidade na educação infantil. Esse documento, uma conquista muito recente, foi elaborado pelo MEC, seu objetivo é servir de base para a produção de planejamentos, avaliação em instituições municipais.

Os esforços e debates são constantes onde cada vez mais a educação infantil passa a ser vista por outros olhos, o PNE destaca que as instituições precisam ter uma infraestrutura adequada que possa assegurar os cuidados básicos e necessários com as crianças, dentre os quais podem se destacar:

- Adequação às crianças portadoras de necessidades especiais;
- Equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos;
- Espaço para alimentação e preparo;
- Instalação sanitária;

- Espaço físico para recreação, incluindo repouso, expressão corporal, movimento, brinquedo e desenvolvimento de atividades;
- Iluminação, ventilação, rede elétrica segura, água potável, esgotamento sanitário.

Vários são os obstáculos para que haja melhorias na educação, a maioria dos municípios que são os responsáveis a essa faixa etária não dispõe de recursos suficientes para mantê-la. Sendo necessário o apoio dos recursos federais que possam expandir o que o PNE propõe, e não ficar apenas no papel, cumprindo as prioridades no atendimento às crianças da educação básica.

A LDB esclarece discussões quando se respeito ao profissional das creches e pré-escolas. O artigo 63 da lei diz que “*Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental...*” Já na segunda parte, admite-se a formação em nível médio.

A própria LDB, no caso de professores em seu artigo 87 inciso IV, parágrafo 4º diz que até ao fim da década a educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior.

A formação dos professores é um grande passo para a valorização de todos os profissionais da educação infantil.

A educação tem um longo caminho a percorrer, onde a discussão de projetos e programas para experiências novas e inovadoras sejam fundamentais, afim que ela possa alcançar seus objetivos. No entanto deve haver uma vontade política clara e ampla para que os direitos da criança sejam efetivamente respeitados.

1.3. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), até 2011 o Brasil terá que elevar de 756 para 4,3 milhões o número de crianças nas creches públicas. Na pré-escola, o atendimento público deverá ser quase duplicado, passando de 3,9 milhões para 7,2 milhões de alunos. As estimativas estão no estudo Desafios do Plano Nacional de Educação. O documento aponta, para cada unidade da federação, as metas de maior impacto

financeiro e pedagógico em cada etapa e modalidade de ensino, traduzidas na necessidade de ampliar o atendimento.

No âmbito da Educação Infantil o PNE, sancionado em 2001, prevê que em 5 anos, 30% das crianças de até 3 anos deverão ser atendidas em creches e 50% em 10 anos. Nessa faixa etária, o atendimento é de apenas 9,4% no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro (IBGE) de 2000.

Para crianças de 4 a 6 anos a meta é atender 60% em 5 anos e 80% em 10 anos. Na região norte o atendimento de crianças de 4 a 6 anos é de 50,2%. O mesmo acontece nas regiões centro oeste e sul com 55% e 53% de atendimento para as respectivas crianças.

O objetivo do estudo é oferecer subsídios que orientem municípios, estados e Distrito Federal na tarefa de elaborar seus próprios planos na educação.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS E FUNÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quando se menciona a pré-escola com caráter educativo, entende-se que a mesma deve ser voltada para ação pedagógica, atendendo assim a clientela na faixa etária de 4 à 6 anos.

Há tempos vemos uma necessidade absoluta no contexto social econômico, pois as mães precisam trabalhar para ajudar no sustento da família e assim ela vai encontrar na pré-escola a proteção do lar, não estando soltas na rua e assim irá aprimorando o seu intelecto evitando as frustrações devido à perda do colo materno.

A pré-escola convive com duas situações extremas: ou é mero espaço para recreação, aonde a criança vai para ser protegida além de pintar, desenhar, brincar e alimentar – se ,ou é um lugar de alfabetização forçada. Mas devido aos estudos da psicologia e da pedagogia, já se fortalecem novas concepções de pré-escola como ambiente que permite a criança o seu desenvolvimento global, físico, social, intelectual e emocional.

Após essas concepções, percebe-se que a pré-escola deve ser muito mais do que isso, ela deve ser o local onde a criança vai encontrar um ambiente saudável, rico em troca de experiência e aprendizagem, contudo cronometrado com o horário para entrar, brincar, merendar, para ouvir músicas, histórias e assim ela esta se socializando com o mundo diferente até então desconhecido.

A pré-escola deve dar á criança aquilo que ela não recebeu em casa, o “algo mais” que ela precisa e não só a recreação em si. O professor especialista em educação infantil, Vital Didonet (ano), diz que o que acontece com a criança nessa fase é muito

marcante para o seu desenvolvimento futuro, portanto é nesse período que a escola deve sondar o que existe de estranho quanto ao desenvolvimento da criança e com essa sondagem pode se evitar futuros problemas com a entrada no ensino fundamental.

A pré-escola deve ser o local de continuidade da vida e não um lugar aonde a criança irá para ser “protegida” ou “guardada”, ela deve encontrar na pré-escola um ambiente acolhedor e afetivo, onde irá ser o centro de toda atenção.

Se a criança nasce no seio de uma família que espera ser o início do processo de educação, é certo que a escola assumirá a outra parte da responsabilidade, complementando assim, a ação do lar.

A escola tem sido utilizada como organizadora de comportamento. Mas é preciso que se análide o modo de ser de cada criança que já vem enraizado de casa e o modo proposto e aceito pela sociedade.

Um exemplo de que a escola é tida como organizadora de comportamento nos é dado por Madalena Freire. Em um de seus vários textos ela nos conta como é que foi preciso fazer com uma de suas alunas de 5 anos, criança de favela, que não se comportava como gente. Madalena nos orienta nessa parte para as devidas reflexões que nós não devemos jamais parar de fazer as perguntas: O que é que eu faço? Para onde vou? Quem sou?

Segundo Vital Didonet:

“A pré-escola, nesse caso, é um recurso benéfico, enquanto propõe a ser um ambiente intermediário entre o lar e a escola, num período de vida em que a personalidade começa a se formar (...) é nas relações dos adultos com os pequenos e destes entre si que se estabelece na pré-escola, que se aprende valores, formam atitudes que nem sempre estão explicitamente formuladas”.
(DIDONET, 1979: 185).

Percebe – se que a vida do ser humano é um desafio irrecusável, portanto a ser atual de cada pessoa, tem a ver com suas experiências de vidas passadas e presentes, como é o caso de “Eliane” aluna de Madalena Freire.

Também o ambiente no qual irá conviver no caso a criança do pré-escolar. Nesse contexto, supomos que a educação pré-escolar implicará em revisão e alteração das posturas e método de ensino, fazendo com que a criança se adapte as suas condições. *“A pré-escola é um poderoso agente socializador que permite a criança aprender muito sobre si mesmo e sobre os modos com os indivíduos e grupos interagem entre si.”* (Didonet, 1979:188)

Percebemos que a assistência e educação a criança permite provocar a mudança social, mas apenas alimentando essas crianças o problema não está todo resolvido, segundo Sônia Kramer as diretrizes políticas da educação pré-escolar tem um critério compensatório.

É preciso que se pense na pré-escola com respeito e consideração a sua faixa etária, pois nesse sentido, as propostas pedagógicas fogem ao alcance dos mesmos o poder publico deixa de sustentar as preocupações demonstradas aos pequenos.

Nossa meta básica deve ser de implementar uma pré-escola de qualidade ,que reconheça e valorize as diferenças existentes entre as crianças e , dessa forma ,beneficie a todas no que diz respeito ao seu desenvolvimento e a construção dos seus conhecimentos.

O número de classes pré-escolares em algumas escolas é limitado, e essa quantidade é inferior as necessidades dos mesmos, sendo assim, as salas estão sempre superlotadas e com apenas uma professora para o atendimento. O que se observa é que tais professores por não terem condições de desenvolver um trabalho a contento, passam o tempo com atividades impostas, esquecendo a criatividade das crianças.

São poucas as atividades dirigidas e grande parte do tempo as crianças ficam soltas no pátio, a professora nesse caso não está sendo apenas uma “guardiã” de crianças e “distribuidora” de merenda.

O desafio dos educadores compromissados com o ensino é justamente inverter a situação vivida, nas escolas de educação infantil, com posturas rotineiras, assistencialistas, paternalistas e autoritárias.

É fazer com que essa escola se volte para os interesses da população, visando transformar o contexto de educação a partir da mobilização dos educadores e da comunidade, assumindo assim o papel de sujeito da construção e defesa de sua própria escola.

Para que se concretize o significado para a pré-escola, é preciso que ela se incorpore ao sistema educacional e que esse lhe ofereça condições necessárias ao desenvolvimento humano, ou uma grande parte da população continuara a margem do processo.

O privilégio dado a essas crianças é tido como piedade, pois quando alguém da inspeção visita uma determinada escola, onde há classes de pré-escola, a pergunta que se faz

em primeira mão é sobre a alimentação, deixando para um segundo momento a parte pedagógica.

A pré-escola precisa se integrar ao todo na escola pública, pois só assim fortalecerá as reivindicações por mais verbas acessíveis a todos os educandos. Entendendo que quando se trata de crianças pequenas, nenhuma ação dos educadores é neutra, o desenvolvimento da criança está intimamente ligado ao diálogo e relação com o professor.

Pensamos que esta seja uma boa forma de garantir um bom rendimento. Precisamos também reivindicar um trabalho educativo nas creches e pré-escolas que garante as condições necessárias para que o atendimento as crianças seja cada vez mais qualificado.

Entendemos que ao construirmos o currículo e uma proposta pedagógica significa planejar e orientar as atividades, auxiliado na descoberta das crianças.

Como pedagoga que sou, parece natural tratar a função educativa das instituições de educação infantil com as mesmas ferramentas utilizadas pelos profissionais da educação de qualquer outro nível de ensino. O desafio que permanece sempre é o delimitar o que é específico da educação infantil. A verdade é que currículo configura – se em uma palavra que aparece aplicada a situação de ensino aprendizagem formal, ora com um sentido bem específico, para definir o conjunto de disciplinas e conteúdos a serem ensinados pela escola aos seus alunos.

Para identificar o trabalho das instituições de educação infantil, a expressão que vem sendo utilizada com maior frequência é proposta ou projeto pedagógico. Penso que a expressão do projeto pedagógico é a mais adequada, pois trás em seu bojo a idéia de plano expresso por meio de linhas que sugerem uma organização com determinada finalidade a partir das concepções, dos sonhos, intenções daquilo que foi planejado.

O projeto pedagógico define-se então como sendo o conjunto de intenções, ações e interações presentes no cotidiano de qualquer instituição que atenda regularmente crianças entre 0 á 6 anos, devendo estar registrados em documentos escritos pela equipe de profissionais.

Entendo que a função maior da educação infantil é a de promover e assegurar o bem estar, o crescimento e o desenvolvimento de bebês e crianças pequenas, atendendo-as suas necessidades e aos seus interesses, respeitando a cultura em que se encontram e ainda ampliando o universo infantil.

Considero que as crianças de 0 á 6 anos são seres humanos em uma fase de vida na qual dependem do adulto e por isso precisam:

- Ser auxiliadas nas atividades que não podem realizar sozinhas;
- Ser atendidas em suas necessidades de segurança, nutrição, higiene e saúde;
- Ter atenção especial por parte do adulto em momentos da sua vida.

Além disso, as crianças nessa faixa etária devem ser apoiadas em suas iniciativas e incentivadas:

- Brincar e movimentar – se em espaço amplo;
- Expressar sentimento e pensamentos;
- Desenvolver a imaginação, a curiosidade e capacidade de expressão;
- Ampliar seus conhecimentos sobre a natureza e cultura;
- Diversificar atividades, escolher os companheiros de interação.

O reconhecimento de que a educação infantil é dever do Estado e opção da família implica o estabelecimento de vínculo de confiança e parceria, mantendo uma comunicação periódica e sistemática com os pais, através de reuniões, entrevistas, relatórios e etc., incorporando as reivindicações e decisões tomadas, reconhecendo interesses e saberes dos mesmos. Finalizando, que a criança tem, desde bebê tem o direito a profissionais comprometidos implica então organizar o trabalho dos adultos de forma a não sobrecarregá-los, tendo como meta a busca de melhorias permanente. Essa é a utopia dos que defendem uma pedagogia para a educação infantil.

A pré-escola é considerada por muitos pais e também professores um local onde as crianças vão só para brincar e passar o tempo. Por esta razão muitos pais não vêem a importância em matricular seus filhos, já que para brincar qualquer lugar serve. E na maioria das vezes, quando a mãe trabalha fora e ela precisa optar em matricular seus filhos na escola, mas sempre com uma visão de que não é um espaço de construção de conhecimento, e por isso mesmo seria indispensável.

Com essa concepção, a pré-escola é desvalorizada e desqualifica o trabalho. Considerada apenas um espaço somente de brincadeiras e que não precisa de qualidade.

Infelizmente alguns professores desvalorizam sua própria atuação e não busca fazer nada para mudar sua prática onde ele mesmo é vítima.

Piaget lembra que é necessário que os educadores se tornem pesquisadores e devem ser mais do que simplesmente transmissores.

“É preciso que o professor tome consciência de seu papel, que ele se veja como um profissional da educação(...)apelo às pessoas que ocupam cargos de poder fazer- algo pela educação no Brasil, que zelem, que tratem ou dêem atenção à facticidade escolar, como por exemplo ,as más condições de formação de professores, más condições de trabalho, envolvendo aqui salários, instalações, recursos materiais e ambientais didáticos, que são falhos no funcionamento da estrutura escolar”. (PIAGET, 1976:110)

O atendimento institucional a criança da educação infantil apresenta ao longo da história definir qual a sua função dentro do contexto educacional e quais os objetivos que deverão servir e quais propostas desenvolver.

Diante da clareza da LDB 9394/96 o Ministério da Educação e do Desporto (MEC) juntamente com grupos de educadores, procuraram buscar as funções e objetivos que pudessem servir para a educação infantil e garantir a qualidade do ensino.

Conforme o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI), as funções são diversificadas. A socialização das crianças por meio de sua participação sendo possível ao mesmo tempo criar condições para desenvolver a capacidade de conviver no seu meio social, respeitando o outro, promovendo a confiança e respeito.

É função de a Educação Infantil proporcionar meios para que a criança desenvolva sua autonomia.

Entretanto é necessário também refletir sobre a instituição educacional que desenvolva no sentido de proteção, afeto, amizade além de cuidados, ajude a desenvolver suas capacidades de criatividade e imaginação.

Quando a criança é bem cuidada o seu desenvolvimento físico, psíquico e cultural será muito mais representativo.

Para a criança pequena educar e cuidar andam juntos, pois nesta faixa etária as atenções, o carinho, segurança precisam ser consideradas como prioridades.

Para a educadora Emília Ferreiro, a função da educação Infantil é:

“Permitir às crianças que não tiveram convivência com adultos alfabetizados, obter essa informação sobre a qual o ensino cobra um sentido social: a informação que resulta da participação em atos sociais onde o ato de ler e o de escrever têm propósitos explícitos.” (FERREIRO, 1995:101).

A educação Infantil deve ter como objetivo e contribuir ao desenvolvimento amplo, dando subsídios as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das

crianças, a qualidade das experiências do dia a dia contribui para que outros fatores primordiais sejam desenvolvidos como a cidadania, respeito e outros.

Ao pensar sobre a qualidade do atendimento podemos partir, sobretudo que é dever do Estado com a educação garantindo o atendimento nas creches e pré-escolas.

A educação Infantil deve ser oferecida não apenas por obrigação, mas principalmente garantir que sua qualidade permaneça e seja cada vez mais valorizada.

“A Pré-escola não é um produto, mas um projeto. Precisa ser construída, em nível de sistema e de unidade. Por isso, acredito que não basta lutarmos pela pré-escola. Temos que refletir sobre o tipo de pré-escola que queremos, que melhor convém às múltiplas realidades brasileiras”. (Fonseca, 1986: 13)

Um ponto que dificulta um bom andamento da qualidade e atendimento é a não definição de quem é responsável pela gestão: se é a União, o Estado ou município. Na realidade deve haver uma parceria para que haja melhorias e a Educação Infantil alcance seus objetivos.

É importante denunciar o desrespeito com que as políticas da educação tem sido implantadas no Brasil. Mesmo com tantas dificuldades, o atendimento vem cada vez mais ganhando respeito e compromisso por parte de educadores que continuam lutando para mudar e levar a sério essa fase tão importante, principalmente nas escolas públicas marcada por um atendimento “pobre” onde as políticas sociais nem sempre estão presentes.

A prática escolar deve se organizar de modo que as crianças possam desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades.

A criança precisa conhecer e descobrir seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidados com a saúde e bem-estar. É muito importante destacar o vínculo afetivo e de troca com os adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima, desenvolvendo atitudes que visa na formação de um cidadão crítico.

“É preciso entender o espaço escolar ou educativo como significativo para todos que dele participam, principalmente a criança. A interação e cooperação entre os colegas, aliadas ao reconhecimento do papel do professor como aquele que vai conduzir o processo educativo, pode abrir caminhos que possibilitem um maior desenvolvimento da criança. Neste repensar o espaço da educação infantil é que estaremos contribuindo para a discussão a escola “ajustadora social” ou não. Estaremos ampliando a visão do que ocorre neste espaço, contribuindo mais efetivamente para a superação dos problemas encontrados”. (OLIVEIRA, 1996:176).

2.1. A SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA

Os primeiros anos de vida têm fundamentos importantíssimos na vida da criança. Assim sendo, a pré-escola torna-se um grande recurso entre o lar e a escola, é nesse momento que a criança começa a formar sua personalidade.

Num primeiro momento percebem-se as dificuldades que a criança vai encontrar pelo fato de ficar afastada das pessoas queridas com quem conviveu até então.

Durante o processo de desapego, a criança inicia uma independência afetiva familiar, construindo ela mesma sua interação a um novo meio social que ela vai se encontrando e emergindo em várias ocasiões do dia a dia definindo sua identidade.

“A criança constrói o seu processo de identidade durante toda a sua evolução. Portanto dizer que é um processo que não tem fim, uma vez que as pessoas adultas incorporam durante toda a sua vida novas situações que lhe permite ir definindo a sua identidade em situações diversas”. (Basedas et ali, 1999: 43).

O professor deve propor atividades que envolvam situações de conversa, brincadeiras e garantir para que haja troca constante entre as crianças, aonde elas irão se comunicar uma com as outras expressando seu modo de pensar.

Um dos aspectos que deve ser levado em conta é oferecer as crianças brinquedos e outros objetos. Com isso facilita a comunicação entre elas, e também imitam o faz-de-conta, por isso a importância de ter um espaço na rotina diária, onde as crianças criam e recriam.

As condições adequadas devem favorecer a interação tanto nas questões emocionais, afetivas e cognitivas.

O diálogo é muito importante na construção do conhecimento sobre si e sobre os outros, nas brincadeiras e jogos, onde a conversa está presente é a melhor forma para começar.

Na educação infantil a ação do professor é como um mediador que estabelece as relações sociais entre crianças. A criança na pré-escola precisa interagir com outras pessoas, pois a prática educativa seja ela recreativa, esportiva, colabora para o desenvolvimento e crescimento do indivíduo.

A criança precisa estar inserida em um meio social só assim ela compreenderá que onde há grupos existem também regras que deverá contribuir para sua vida em comum com os outros: *“A criança é vista como agente de seu próprio conhecimento. Ela irá*

construí-lo a partir de quatro determinantes (maturação, estimulação do ambiente físico, aprendizagem social e tendência ao equilíbrio).” (Rappaport, 1981: 64)

Antes de a criança chegar ao meio social escolar, o seu meio por ser menor os adultos e outras pessoas atendem com maior regularidade e nesse período de dependência lhe facilita suas necessidades (alimento, carinho, cuidado).

A ligação afetiva parece desenvolver-se nos seis primeiros anos de vida. Provavelmente com base em várias condições de recompensa, a criança desenvolve um relacionamento com seus progenitores ou outras pessoas significativas como irmãos ou irmãs.

A grande dependência das crianças no período entre zero e seis anos tem uma probabilidade de ser devido ao envolvimento amoroso com os familiares.

“Na primeira infância, a vida para as crianças se centraliza na família e nos cuidados físicos. Numa fase posterior da mesma infância, o desenvolvimento social gira, em grande parte, em torno das relações interpessoais com os pais, os irmãos e os companheiros de brinquedos; à medida que passa o tempo, os contatos sociais da criança se expandem, e abrangem grupos do parque infantil e da vizinhança e, atingida a idade escolar, ela dá o primeiro passo importante no sentido da socialização formal”. (Teleford, 1980: 68)

Os primeiros anos na escola, principalmente na educação infantil, o professor deve estar voltado para acolher as crianças de forma especial.

Durante todos os anos de permanência na escola nesta fase, o ambiente precisa ser bem preparado e é aconselhável ter poucas crianças para possibilitar um excelente atendimento individual.

A pré-escola é um espaço, que tem como função particular no processo de educação. É nesse espaço que as crianças pequenas podem se desenvolver. De acordo com as Diretrizes e Bases da Educação deve ser obrigatório o oferecimento ao ingresso na educação infantil em creches e pré-escolas. A finalidade da educação infantil é o pleno desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em todos seus aspectos sejam eles psicológicos intelectuais e sociais.

É na educação infantil que as crianças são imersas ao mundo e ao direito da brincadeira.

Cabe ao professor propiciar um ambiente agradável para que ela possa se adaptar sem transtornos. A criança precisa sentir que a escola é uma parte do seu lar, para isso é preciso que o professor demonstre amor, interesse e compreensão por ela.

Um segundo momento cabe aos pais uma grande parte de ajuda para que essa criança não sofra o impacto da separação por um determinado tempo. Os pais devem mostrar-se pacientes e compreensíveis ao deixar seus filhos na pré-escola, fazendo com que eles sintam a necessidade de estar ali.

A criança nesse momento saiu do seio de sua família, onde começou o seu processo educativo, a escola por sua vez, assumirá parte da responsabilidade vindo a completar a ação do lar.

A criança é um ser social e individual, sua realização como homem só se dá com a junção dos dois planos. Portanto a educação só terá valor e harmonia se a família e escola se unirem com os mesmos objetivos.

É preciso e importante que o professor conheça a história de vida de cada criança, saber de sua família, com quem convive, e como vive fora da escola, para que seja possível fazer uma conexão entre escola e lar.

Na “hora da rodinha”, por exemplo, é que se conhece cada criança, o espaço é livre para que falem sobre a sua vida.

A idéia de que a pré-escola é um lugar de brincadeiras livres, desenhos e atividades lúdicas tiram-nos a visão de pré-escola com sentido pedagógico e nos remete a um entendimento de que a pré-escola é “aquela escolinha que serve para tirar as crianças da rua”, colocando-as sob os cuidados de um adulto, da tia que não é tia.

Do ponto de vista sociológico, essa “tia” não será uma pessoa que irá apenas cuidar das crianças, ela está ali para *“garantir um lugar harmonioso dentro da sala de aula, o que é indispensável para um relacionamento positivo entre professores e alunos, uma forma de instaurar a violência democrática tal qual deve ser a vida em sociedade.”* (Libâneo, 1993: 26)

Este espaço deve ser individualizado, um ambiente aconchegante, seguro, que tenha higiene, alimentação saudável, onde se sintam protegidas e expressem seus sentimentos principalmente no período de adaptação, onde desenvolverão sua identidade em contato com os outros.

Nestes primeiros anos de adaptação é necessário refletir sobre o que ocorre com as crianças, o educador precisa estar atento em suas brincadeiras, como se expressam,

como se desenvolvem. Com base nestes aspectos deve se discutir o modo de relações entre eles e a instituição.

Durante essa fase a criança deve ser atendida em todas as suas necessidades básicas, atividades ligadas à proteção e apoio que estão em seu cotidiano: lavar, alimentar, trocar, curar, proteger, consolar, enfim, cuidar fazendo com que elas se sintam em um ambiente que educa e cuida.

A criança na idade pré-escolar recebe muitas influências das pessoas que as rodeiam, tanto dos adultos como de crianças maiores. A interação estabelece vínculos à criança em situações diversas de aprendizagem. Em geral se trata de uma aprendizagem compartilhada que ambos desenvolvem um papel.

A interação social é de extrema importância e imprescindível na estimulação e na adaptação da criança com outras pessoas, ela irá observar que agora terá limites a seguir em seu cotidiano.

Para muitas crianças, os primeiros anos na pré-escola representam uma experiência inteiramente nova, por tratar-se de um primeiro contato com um ambiente diferente daqueles aos quais estavam acostumados até então. De repente, tudo é novo, tudo é grande com a presença de determinadas regras de comportamentos e solicitações do ambiente pouco conhecido pelas crianças, exigindo certa adequação a uma nova realidade. Assim é importante refletir sobre como estará se sentindo a criança nessa situação e como poderá se comportar, manifestando seus sentimentos.

Algumas estratégias podem ser implementadas para que as crianças vençam as dificuldades naturais desses primeiros dias e se adaptem mais rapidamente com o grupo e as atividades propostas.

Por exemplo:

- Providenciar para que o primeiro contato da criança com a pré-escola, se realize fora do período de atividades, ou seja, na época da matrícula. Incentive para que mães e filhos visitem as instalações, manipulem alguns materiais.

- Nos primeiros dias, se for preciso, permita que a mãe permaneça na escola, em um lugar no qual a criança possa encontrá-la se assim quiser, durante todo tempo necessário. A presença da mãe ou de outra pessoa da família representará um fator de conforto e segurança.

- Quando a criança se mostrar interessada numa atividade ou num brinquedo em particular, valorize essa escolha para que ela se sinta a vontade nesse novo ambiente.

- Prepare o ambiente de maneira atraente, pois aproveitando a curiosidade natural da criança, o educador terá maior facilidade em envolvê-la nas atividades propostas.

Os primeiros dias podem representar uma experiência marcante na vida da criança, que poderá ser lembrada como agradável ou desagradável. Contudo se o educador for capaz de se colocar no lugar de cada criança que chega, e tentar saber quais são seus medos, angústias e inseguranças, estará também garantindo um bom relacionamento e uma interação no grupo.

Para isso, é fundamental cativar cada criança, fazendo com que ela se sinta protegida, segura e amada. O termo “adaptação” pode dar a idéia de conformismo, submissão ou resignação. O que é bem diferente do processo que vemos acontecer na creche. Por isso muitos não gostam dele, com razão. Mas o termo pegou e ainda não se arranjou um melhor.

É na faixa etária da pré-escola que se faz necessário constituir formas de atividades criativas. Os jogos de improvisação são atividades que possibilitam o exercício criativo em situações onde o desenvolvimento da comunicação é feito por meio da linguagem.

Durante esses primeiros anos é muito importante que as brincadeiras, danças, músicas, estejam presentes levando em conta suas necessidades e a expressão corporal promova vínculos afetivos.

A entrada da criança na pré-escola propicia momentos repletos de angústias. De um lado pais ansiosos e inseguros, de outro as crianças curiosas e amedrontadas por entrar em um ambiente seguro longe de sua casa que ainda tem que conquistar e se relacionar.

O comportamento dos pais tem uma grande influência diante à criança no seu primeiro dia de aula. Para que a criança não se sinta insegura ao colocar os pés no novo ambiente, os pais precisam transmitir a ela segurança de que aquilo é o melhor naquele momento da sua vida. Esta passagem do ambiente familiar para o social é difícil e problemas com a adaptação da criança à nova realidade são naturais.

Ao ingressar na pré-escola, a criança afasta-se do convívio familiar para entrar no ambiente desconhecido, com pessoas novas, onde precisa criar novas relações afetivas. Para que a criança se adapte mais rápido é recomendável que alguém mais próximo fique com ela na escola por um determinado tempo, até que ela se sinta mais segura.

O período de adaptação varia muito. Algumas crianças precisam de mais tempo do que outras. Muitas vezes após a criança se familiarizar na escola, podem ainda ocorrer retrocessos. Algumas vezes surgem comportamentos regressivos, como chupar o dedo ou fazer xixi, agressividade, choros, e outros casos. É importante que os pais busquem informações o quanto antes para compreender como a criança se comporta na escola.

Deste modo, para avaliar o período de adaptação é importante considerar o tempo em que estão no estabelecimento. O processo de adaptação não se resume aos primeiros dias, mas pode durar meses. Um dos fatores que influencia as reações da criança durante o período de adaptação é a forma como a família, principalmente a mãe, percebe e sente-se com a separação de seu filho ao entrar para a escola.

Na relação do adulto com a criança da pré-escola há uma descoberta muito grande de valores que muitas vezes passam despercebidas pelos próprios pais. Logo a pré-escola é um forte agente socializador que irá transmitir a criança tudo o que ela precisa para se juntar aos outros indivíduos.

Como já sabemos que uma das questões básicas na mediação da adaptação é a qualidade do atendimento o qual contribui muito. Outro critério importante a destacar é a quantidade da clientela atendida num espaço adequado a cada faixa etária, o espaço físico e o planejamento da rotina, condições satisfatórias de trabalho.

Um mau atendimento, e uma baixa qualidade, resultam em ansiedade e aumenta o estresse tanto de professores quanto dos alunos.

Conhecendo melhor quais estratégias adequadas para enfrentar os conflitos poderá agora compreender melhor o processo de adaptação e planejar intervenções para ajudá-los nas possíveis dificuldades de se adaptarem ao meio escolar.

2.2. CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E AUTONOMIA

Está relacionado aos processos de socialização da criança. A instituição de Educação Infantil deve oferecer um ambiente favorável para que se desenvolva este eixo, pois a criança terá a oportunidade de se relacionar com outras crianças de diferentes origens socioculturais, religiões, etnias, costumes e valores.

A identidade da criança é construída gradativamente, através das interações sociais que ela vai sendo inserida.

“Considerar as interações entre crianças como tão importantes quanto as interações adulto-criança para o desenvolvimento infantil, suscita questões sobre como os ambientes podem favorecer ou dificultar a ocorrência de interações, principalmente entre crianças pequenas em ambientes coletivos, tais como em creches”. (Oliveira, 1996: 117)

No início, a família é considerada a matriz da socialização, pois é o primeiro círculo de relações das crianças. Neste espaço, ela verá que possui um nome e características físicas próprias, e que estes aspectos a difere das outras pessoas.

A partir desta observação a criança vai conhecendo a si e aos outros. A maneira como cada um vê a si próprio depende também de modo como é visto pelos os outros. O modo com os traços particulares de cada criança é recebido pelo professor e pelo grupo em que se insere tem um grande impacto na formação de sua personalidade e de sua auto-estima, já que sua identidade está em construção.

A autonomia é entendida como a capacidade que se tem para tomar decisões, levando em conta os valores, as regras e a aceitação dos outros.

Quanto menor a criança, mais ela precisa de adultos que interpretem o significado de seus movimentos e expressões, auxiliando-a na satisfação de suas necessidades. À medida que a criança cresce, o desenvolvimento de novas capacidades possibilita que ela atue de maneira mais independente sobre tudo a sua volta, ganhando autonomia e confiança nos adultos.

Segundo o RCNEI, conceber uma educação em direção à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, dentro de suas possibilidades e interferir no meio em que vivem.

De acordo com essa perspectiva propõem se atividades em que as crianças possam experimentar e utilizar recursos para expressarem seus desejos, sentimentos e idéias. Propiciar condições para que os alunos familiarizem-se com a imagem do próprio corpo, conhecendo suas sensações e limites, brinquem e se relacionem com outras crianças, professores e funcionários da escola, expressando suas necessidades e interesses.

Favorecer oportunidades para ampliarem sua auto-estima, de valorizarem ações de cooperação e solidariedade, de adquirirem hábitos de auto cuidado e de respeitarem regras básicas de convívio social.

Na teoria de Piaget, autonomia não significa o direito, e sim a capacidade de decidir sozinho entre o certo e errado no domínio moral, bem como entre verdade e mentira no domínio intelectual.

As escolas costumam incentivar a obediência e a conformidade, porém quando a autonomia torna-se objetivo da educação, o princípio mais básico do ensino é evitar a imposição de decisões que sejam pré-fabricadas. É importante incentivar as crianças a levar em consideração fatores pertinentes ao tomarem suas próprias decisões, porque é decidindo que elas aprendem a tomar boas decisões.

Tomar decisões é inicialmente difícil para as crianças pequenas, e o professor talvez precise sugerir algumas dicas para ela. Cabe às crianças aceitar ou não essa sugestão.

A teoria de Piaget costuma ser mal interpretada como uma teoria maturacionista, como se as crianças automaticamente alcançassem um determinado nível de maturidade mental porque tem 7 ou 8 anos. Piaget diz que as crianças constroem níveis superiores de pensamento através de seu pensar, motivo pelo qual é importante que os professores as estimulem a pensar. Quando as crianças pensam de maneira ativa, maior é seu desenvolvimento moral e intelectual.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO INFANTIL E O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL

3.1. PRESENÇA DA LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais.

A fala é a base de toda a comunicação interpessoal, o instrumento da expressão de raciocínio e ao mesmo tempo uma forma por meio da qual podemos observar o desenvolvimento da criança.

A comunicação oral é um ponto básico e indispensável à convivência entre os homens e à participação de cada um na construção de um mundo melhor.

Desde que nasce o bebê vai construindo aos poucos, sua linguagem e nos dois primeiros anos, quase sempre é estimulado pelos aplausos e pelas trocas constantes que efetua com seus pais e com outros membros da família.

A partir daí, é comum que o procedimento comece a inverter-se, já não se dá tanta importância ao que a criança diz, já não se aplaude suas tentativas e até já se começa a pedir-lhe silêncio.

Em casa a criança fala, fala e recebe com resposta apenas um, “é mesmo?” ou “já sei”. E nas creches e pré-escolas, a situação é bem semelhante. E nas turminhas de 2 e 3 anos onde começamos a organizar as atividades incluindo períodos cada vez mais longos para as histórias, rodinhas é nesses momentos que, pensamos que as crianças devem estar caladas.

Quantas vezes ouvimos professores em pré-escolas afirmações, como “em boca fechada não entra mosquito”, ”vamos ficar caladinhos”...

É claro que a atenção é um dos aspectos que deve ser trabalhado na pré-escola. E é entre os dois e três anos que é possível começar a estimulá-la justamente através de atividades como escutar histórias, assistir filmes curtos entre outras. Entretanto esta preocupação não deve superar a necessidade de estimular a linguagem própria da criança.

A linguagem contribui para a formação do sujeito na sua interação com o outro, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento.

Aprender uma língua é entender, interpretar e apresentar os significados das palavras de acordo com o meio sociocultural. Conforme o RCNEI, a Educação Infantil, portanto, deve promover experiências significativas de aprendizagem da língua e ampliar as capacidades de comunicação e expressão associadas às quatro competências lingüísticas básicas; escutar, falar, ler e escrever.

“A pré-escola precisa ser um espaço onde a criança tenha contato com a leitura e a escrita. Onde possa pensar sobre o que representa e de que modo se comunica através da escrita, onde a leitura e a escrita possam ser utilizadas com sentido.” (Sampaio, 1993: 61)

Pesquisas realizadas nas ultimas décadas, baseadas na análise de produção das crianças e das praticas decorrentes têm apontado novas direções no que se refere ao ensino e a aprendizagem oral e escrita. Ao se considerarem as crianças como cidadãos ativos na construção de conhecimento e não receptores passivos de reprodução há uma transformação substancial na forma de compreender como elas aprendem a falar, a ler e a escrever.

Para a aprendizagem da leitura e escrita, a criança precisa compreender não só de que forma ela representa lingüisticamente. Isso significa que a alfabetização não é o desenvolvimento de capacidades á percepção, a memorização e ao treino de um conjunto de habilidades sócio-motora.

È antes, um processo no qual as crianças precisam resolver problemas de natureza lógica até chegarem a compreender de que forma a escrita alfabética, em português, representa a linguagem, e assim poderem escrever e ler por si mesmas.

O RCNEI considera a faixa etária e a oportunidade de a criança ampliar suas capacidades de comunicação oral por meio de conversas, discussões, comentário, relatos,

escutas, canto de músicas, jogos e brincadeiras. No que diz respeito ao uso da linguagem em situações mais formais, a criança terá o contato com a leitura de diferentes textos.

O trabalho com texto proporciona a observação e a análise consciente e gradativa, das características formais da linguagem. Através deles as crianças elaboram idéias e hipóteses provisórias antes de compreenderem o sistema escrito em toda a sua complexidade. Desse modo, as crianças têm a oportunidade de aprender a produzir textos, mesmo antes de saber grafá-los e ou/ sabendo de maneira convencional, como na situação em que elas se utilizam o professor escriba, posteriormente lendo e escrevendo convencionalmente.

O trabalho com a oralidade, com a leitura e com a escrita ocorre de forma integradas e complementares, potencializando-se os diferentes aspectos que cada uma dessas linguagens solicita das crianças.

3.2. A ESTIMULAÇÃO DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Deve ser oferecida a criança todo tipo de material que suscite nelas o interesse. Dizem que um ambiente alfabetizador quando promove um conjunto de situações de usos reais de leitura e escrita nas quais as crianças têm oportunidade de estarem inseridas nele, participando e construindo suas idéias.

Se os adultos que convive com crianças utilizam no seu cotidiano a escrita e dão espaço para que elas possam participar destes atos, desde muito cedo elas tem capacidades de pensar sobre a língua.

Na instituição de educação infantil, são variadas as situações que necessitam da mediação pela escrita, isso acontece, por exemplo, quando se recorre a uma instrução escrita de regras de jogo, quando se lê uma notícia de jornal, quando se envia um bilhete para os pais e tem a preocupação de estar lendo para as crianças, permitindo que elas se informem sobre o que o conteúdo se trata.

A participação ativa das crianças nesses eventos de letramento configura um ambiente alfabetizador na instituição. Isso é extremamente importante quando as crianças provem de comunidades pouco letradas, em que tem pouca oportunidade de presenciar atos de leitura e escrita junto com parceiros mais experientes. Nesse caso o professor torna-se uma referência bastante importante. Se a educação infantil trazer os diversos textos utilizados nas

práticas sociais para dentro da instituição, estará ampliando o acesso ao mundo letrado, cumprindo um papel importantíssimo na busca da igualdade de oportunidades.

Alguns textos são adequados para trabalhar a linguagem escrita nessa faixa etária, como por exemplo, receitas, regras de jogo, rótulos, anúncios, folhetos etc.

O professor de acordo com seus objetivos poderá escolher com que gênero vai trabalhar, de forma contínua e sistemática, para que as crianças os conheçam bem.

- Textos com e sem imagem. A leitura de textos vai aos poucos sendo inserido no ambiente escolar e o conceito de escrita como uma explicação necessária;
- Criar situações para que as crianças possam levantar hipóteses sobre os possíveis conteúdos;
- Escrever a fala das crianças em situações variadas: criação de histórias, relatos de atividades, bilhetes, etc.
- Utilização de nomes próprios com função social: escrevê-lo como identidade nos trabalhos etc.

Acreditamos que em todas essas atividades e em muitas outras o professor poderá criar juntamente com as crianças a língua escrita, a qual aparece com força de linguagem, isto é na comunicação, e não como um conjunto de sinais desprovido de sentido e de emoção.

Quando se reflete sobre aprendizagem da língua escrita, tendo em vista o seu aspecto psicogenético e não simplesmente a forma terminal desse processo, ninguém melhor do que Emília Ferreiro para mostrar-nos como as crianças pré-escolares também são letradas, a seu modo numa ação inteligente sobre as coisas do mundo, incluindo nelas a linguagem escrita.

Em suas pesquisas ela propõe a investigação da psicogênese da linguagem, inicialmente oral e em seguida escrita. Tal como Piaget, essa pesquisadora vê a criança como um ser que se relaciona ativamente com o seu ambiente, levantando suas hipóteses e buscando assimilar e compreender as coisas que a cerca. Assim elas constroem seus próprios conceitos.

Na pré-escola, o professor poderá considerar que o ponto de partida para o seu trabalho com a língua escrita é aquilo que a criança traz consigo em termos de informação, bagagem cultural, ao chegar à escola.

Como foi descrita a alfabetização é um longo, difícil e complicado processo pelo qual passam todas as crianças que tenham algum contato com qualquer tipo de texto. Antes de qualquer coisa, é necessário considerar que o objetivo de um processo de alfabetização não é o desenvolvimento puro e simples do código alfabético. Mas do que aprender “a assinar o nome”, alfabetizar é transformar-se num leitor escritor em potencial.

Para que a criança seja um leitor e um escritor é necessário que ela esteja imersa a um universo rico de leituras diversas. Embora na pré-escola as crianças ainda não saibam ler, podem interagir com a leitura por intermédio do professor, para que a criança leia não é necessário esperar que ela aprenda a ler, o professor faz essa mediação, quando lê textos de boa qualidade para seus alunos.

É muito importante contar histórias deixando claro que o que foi lido está escrito no livro. Isto porque para as crianças entre três e quatro anos de idade, textos sem figura não servem para elas, é preciso fazer uma correspondência fonética entre o que está escrito e o que se fala. Ler para as crianças reside em colocá-las em contato íntimo com a escrita, consiste desmistificar o ato da leitura, colocando-o ao alcance da criança. Assim irá desvendar o mistério que é para ela o ato de ler.

Na pré-escola, o domínio oral da língua escrita abre para o professor e para a criança caminhos muito interessantes de trabalho. O professor deve iniciar seu trabalho procurando seguir o percurso de cada aluno através da interpretação de suas primeiras produções escritas.

A criança é alguém que pensa e constrói conhecimento por intermédio do exercício de pensar. Buscando valorizar essa criança a aprendizagem é vista dentro da teoria construtivista, que leva o professor a montar atividades e fazer com que isso ela mesma construa seu conhecimento.

O trabalho realizado no interior da sala de aula nas referidas faixas etárias, deve ser de qualidade, a criança desde os primeiros anos de vida entra em contato com o universo da linguagem. Aprender a usar a língua adequadamente, é parte do processo de aquisição da linguagem da criança e algo que se desenvolve através de muitas experiências de comunicação na vida em sociedade. Ao interagir a alfabetização na pré-escola deve ser levado em conta o caráter lúdico que é o pré-determinante da aprendizagem da criança.

“A pré-escola, como espaço onde se trabalha com as mais variadas linguagens, pode criar condições para que todas as crianças desenvolvam e materializem seus potenciais criativos. A alfabetização deve ser mais ampla

possível, incluindo as linguagens verbais e não-verbais, possibilitando a ampliação da capacidade comunicativa das crianças”. (Garcia, 1993: 173).

Quando as crianças começam a falar, as palavras e frases devem ser apresentadas de modo significativo para ela. A maneira de como o conhecimento é transmitido, tem-se mostrado de grande eficácia no sentido de fornecer a criança o ligeiro preparo de que ela precisa para perceber a forma como a linguagem se organiza para a comunicação.

A linguagem oral é aprendida funcionalmente, portanto não podemos ignorar a importância de considerar esse aspecto quando se trata de leitura e escrita.

“(...) ensinar a escrita nos primeiros anos pré-escolares impõem necessariamente que a escrita seja relevante à vida (...) que as letras se tornem elementos da vida das crianças da mesma maneira como, por exemplo, a fala. Da mesma forma que as crianças aprendem a falar, elas podem muito bem aprender a ler e escrever”. (Vygotzky, 1988: 51)

Sabemos que uma das maneiras de expressar o nosso pensamento é através da linguagem e que está entre as atividades do dia a dia da criança na pré-escola. Essas atividades precisam ser estimuladas para que a criança possa se desenvolver cada vez mais. A escola precisa permitir que elas falem e o professor valorizar a sua linguagem, se o seu pensamento não for respeitado e impedido de interagir com outras crianças e com o mundo ela terá futuramente dificuldades na sua aprendizagem.

Para trabalhar a alfabetização com desempenho, não só na pré-escola, o alfabetizador precisa ter como alvo principal a realidade e a necessidade da criança com quem irá trabalhar. Não se faz necessário que se trabalhe exclusivamente com lápis, papel, giz e quadro para se obter resultados satisfatórios e muito menos isolado da criança.

É preciso que se tenha consciência das necessidades dos alunos, ele precisa conversar, brincar e através destas atividades ele alcançará o objetivo proposto pela escola. Os alunos devem estar em contato com atividades diversificadas, com jogos e brincadeiras, utilizando materiais simples produzidos pelas próprias crianças.

No processo da alfabetização o professor é um parceiro da criança considerado o “mediador” de sua aprendizagem no ensino da língua escrita, e é muito importante o clima que se estabelece na sala de aula entre professor e aluno. A escrita e a leitura devem ser trabalhadas de forma lúdica e muito criativa. É brincando com as palavras que a criança incorpora à sua realidade, um ambiente alfabetizador deve ser um espaço de confiança e respeito. É neste ambiente que a criança expressa suas potencialidades e suas capacidades

através de várias linguagens, onde ela exercita a sua imaginação, construindo conhecimentos sobre a escrita e a leitura em um universo particular e cheio de significado.

A criança precisa se sentir encorajada e incentivada a utilizar a escrita, mesmo que ainda não se utilize o código convencional, pois é escrevendo que ela vai construindo o conhecimento sobre a escrita. É imprescindível que a criança esteja envolvida em situações significativas, em oportunidades de produzir e criar suas próprias histórias, desenvolvendo e estimulando suas competências, sua linguagem oral e narrativa.

Quando a criança se interage com a escrita, aprende o seu significado social. Aprender a linguagem escrita é experimentar, conhecer, criar, é lendo e escrevendo que aprende a ler e escrever e através das relações com os outros que as crianças se desenvolvem e ocorre a sua aprendizagem.

“O aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente, e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados esses processos, tornam-se partes das aquisições do desenvolvimento independente da criança”. (Vygotsky, 1988: 126)

O processo de construção da linguagem escrita é um processo marcado pela interação que integra a criança ao seu meio social. Nesta atitude constante de diálogo, de busca é que a criança constrói suas hipóteses sobre sua realidade.

Portanto o processo de alfabetização dentro de uma prática pedagógica deve ser trabalhado de forma lúdica e do imaginário, é fundamental que o professor tenha clareza que a linguagem escrita é um desenvolvimento individual e também coletivo.

O aprendizado é social e é através da mediação dos outros que se torna mais fácil a busca da compreensão, e nesse momento o mediador é quem auxilia a criança em sua aprendizagem. Na pré-escola deve haver espaços para usar, praticar e experimentar a linguagem em vários momentos, as crianças vivem neste espaço instigante e cheio de novidades que possibilita a elas construir novos conhecimentos.

A criança precisa ser valorizada no saber e no fazer, pois ela traz de casa uma bagagem infinita. Se ela é o sujeito do processo, o processo precisa se sujeitar a ela. É grande a preocupação da maioria dos professores e pais, que as crianças se alfabetizem na pré-escola. A pré-escola tem uma finalidade em si mesma e tem também uma consciência, que é a preocupação para a vida posterior da criança. A aprendizagem é um processo lento, sendo preciso o respeito pelo desenvolvimento de cada um.

A criança da pré-escola está em uma fase de descobrir o mundo, se ela está descobrindo o mundo pode, e é possível descobrir o mundo gráfico também. Só é necessário dar oportunidade e condições adequadas para que ela entre em contato com a língua escrita.

Piaget abre possibilidade ao termo do construtivismo aos processos educativos de organização de estímulos na busca de assimilar e compreender a realidade. Cabe ao educador nesta proposta ajudar a criança, criando situações que possam gerar desafios e desequilíbrios cognitivos, fazendo com que observe e tome consciência de sua ação checando suas hipóteses.

3.3. A CRIANÇA E A MATEMÁTICA

O ensino de matemática na Educação Infantil vem sendo sustentado pela idéia de que a criança aprende matemática através da repetição, memorização e de uma seqüência linear dos conteúdos. O conhecimento prévio do aluno, isto é, proveniente de sua experiência pessoal e que deve ser considerado.

Os recentes estudos sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da criança permitem constatar que, desde o nascimento, as crianças estão inseridas num universo do qual os conhecimentos matemáticos são parte integrante.

Se prestarmos atenção nas atividades que realizamos durante um dia, observamos que os números estão presentes com freqüência em nossas vidas. Por exemplo: a hora em que acordamos, à hora em que realizamos cada atividade do dia a dia, quando tomamos conhecimento da temperatura local nos noticiários, quando nos preocupamos com o horário de saída e de chegada para o trabalho m ou para a escola, ou algum outro compromisso eventualmente surgido. Na rua, nós temos a necessidade de tomar um ônibus, que sempre possui numeração determinada, nas lojas, mercados ou qualquer outro comércio os números estão presentes.

Portanto, não há como não perceber que a matemática desde que nascemos está presente no nosso cotidiano nas mais situações e finalidades.

Antes da invenção dos símbolos escritos os povos primitivos utilizavam pedrinhas, os dedos, faziam em madeiras ou desenhavam marcas nas paredes das cavernas, usando tantos sinais quantos fossem os objetos que queriam representar. A medida que a humanidade foi evoluindo, surgiram novas necessidades de registros e comunicação.

O mundo dos negócios exige um conhecimento bastante amplo nesta área e como já se tem conhecimento de que toda a base da matemática para compreensões futuras está na aprendizagem inicial desde os primeiros anos de escolaridade, temos nos preocupados em oferecer aos alunos do ensino infantil esse vasto universo matemático, desenvolvendo algumas percepções e noções matemáticas fundamentais, tendo como ponto de partida o conhecimento prévio dos alunos e como metodologia principal, o lúdico.

A criança, desde o seu nascimento, está inserida num universo do qual os conhecimentos matemáticos são parte integrante. As crianças participam de uma série de situações envolvendo números, relações entre quantidades, noções sobre espaço, utilizando recursos próprios e poucos convencionais, elas recorrem a contagem e operações para desenvolver problemas cotidianos, como conferir figurinhas, marcar e controlar os pontos de um jogo, repartir as balas entre amigos, mostrar com os dedos a idade, manipular o dinheiro e operar com ele.

Também observam e atuam no espaço ao redor e, aos poucos, vão organizando seus deslocamentos, descobrindo caminhos, estabelecendo sistemas de referências, identificando posições e comparando distâncias. Essa vivência inicial favorece a elaboração de conhecimentos matemáticos. Fazer matemática é expor idéias próprias, escutar a dos outros, formular e comunicar procedimentos de resoluções de problemas, confrontar argumentar e validar seu ponto de vista, antecipar resultados de experiências não realizadas, aceitar erros, buscar dados que faltam para resolver problemas, entre outras coisas.

Dessa forma as crianças poderão tomar decisões, agindo como produtoras de conhecimentos e não apenas executoras de instruções. Portanto o estudo da matemática pode contribuir para a formação de cidadãos autônomos, capazes de pensar por conta própria.

Contudo, o ensino da matemática costuma provocar duas sensações contraditórias tanto por parte de quem ensina, como por parte de quem aprende: de um lado, a constatação de que se trata de uma área de conhecimento importante; de outro, a insatisfação diante dos resultados negativos obtidos com muita frequência em relação a sua aprendizagem.

A constatação da sua importância apóia-se no fato de que a matemática desempenha papel decisivo pois permite resolver problemas da vida cotidiana, tem muitas aplicações no mundo do trabalho e funciona como instrumento essencial para a construção de conhecimentos em outras áreas curriculares. Do mesmo modo, interfere fortemente na

formação de capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento e agilização do raciocínio dedutivo do aluno.

A insatisfação revela que há problemas a serem enfrentados, tais como a necessidade de reverter um ensino centrado em procedimentos mecânicos, desprovidos de significados para o aluno. Há urgência em reformular objetivos, rever conteúdos e buscar metodologias compatíveis com a formação que hoje a sociedade reclama.

Nesta perspectiva, precisamos ajudar as crianças a organizarem melhor as suas informações e estratégias, bem como proporcionar condições para a aquisição de novos conhecimentos. O trabalho com noções matemáticas na educação infantil atende, por um lado, às necessidades das próprias crianças de construir conhecimentos que incidam nos mais variados domínios do pensamento; por outro, corresponde a uma necessidade social de instrumentalizá-las melhor para viver, participar e compreender um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades.

Desta forma as soluções matemáticas precisam transformar-se em ações cotidianas e que efetivamente se tornem conhecimentos acessíveis a todos os alunos, ou seja, oferecer à criança no início da escolaridade, atividades que propiciem oportunidades de construir os conceitos fundamentais para o acesso ao conhecimento.

Com a preocupação de desenvolver os principais objetivos da matemática no ensino infantil propõe-se um trabalho mais agradável e envolvente para as crianças, onde ela aprende brincando e comparando com situações do seu dia a dia. Oferecer a criança condições de aprendizagem das noções matemáticas básicas, promovendo melhor interação entre criança e o meio em que vive de forma que ela conviva com a matemática como um processo natural do seu dia a dia, pautada na melhor forma de construção do conhecimento exercida pela criança; através dos jogos, brincadeiras e cantigas, com a participação ativa da criança e a natureza lúdica e envolvente a diferentes tipos de jogos, proporcionando um ambiente onde a criança aprenderá brincando.

O conhecimento matemático (contagem, relações de quantidades, relações espaciais, propriedades geométricas, etc), é construído pelas crianças através de interações com o meio e com outras pessoas. Para que haja esta interação e para que o conhecimento matemático se efetive, é necessário que em toda situação apresentada para a criança o professor faça comentários, formule perguntas, provoque desafios e incentive a verbalização e a representação escrita da criança. Tudo isso irá permitir à criança fazer descobertas, expor e

argumentar idéias próprias, fazer relações, organizar o pensamento, situar-se e localizar-se espacialmente, formular e comunicar procedimentos de resoluções de problemas.

“Para que a educação matemática ocorra de fato na escola, alunos e professores devem estar envolvidos no processo de construção do conhecimento matemático. O professor deve entender e assumir que a matemática que ele ensina deve ser criativa, viva e significativa.” (Danyluk, 2002: 233).

Nesta perspectiva, o trabalho do matemático tem como objetivo maior fazer a criança compreender melhor o mundo em que vive e perceber a utilidade da matemática em seu cotidiano. Para que isso ocorra, é necessário que as crianças desenvolvam a capacidade de:

- Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as noções espaciais e as noções de medidas como ferramentas necessárias para seu cotidiano;
- Relacionar e comunicar as idéias matemáticas, para que consigam selecionar e organizar informações e estratégias, tomar decisões, tendo confiança em lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios.
- Construir significados, dar sentido e estabelecer relações entre as ações físicas e mentais (relação entre concreto e o abstrato) que realizam.

Em relação à aprendizagem da matemática, dois aspectos nos chamam a atenção: as atividades lúdicas (jogos e brincadeiras) e a resolução de problemas.

A idéia de que o conhecimento matemático se adquire através de atividades lúdicas é até certo ponto, correto. Porém isso ocorre quando há uma intenção educativa que proporciona à criança algum tipo de conhecimento matemático. Para tanto é necessário que haja um planejamento do professor, para que os objetivos predeterminados sejam alcançados.

Quando a resolução de problemas na Educação Infantil, as situações devem ser planejadas, contextualizadas, para que possibilitem o uso dos conhecimentos prévios das crianças, de estratégias, de diferentes formas de representação e comunicação que justifiquem a busca e a produção de novos conhecimentos.

Sabendo que o aluno constrói seus conhecimentos e conceitos, o professor poderá se dispor de vários materiais utilizando jogos infantis com brincadeiras, construção de jogos com regras, faz de conta, em contato com esse universo a criança colocará em jogo todos os seus saberes matemáticos.

A aprendizagem da matemática é importante e necessário, pois se constitui em mais uma ferramenta de análise, compreensão e interferência na realidade, possui valor social, cultural dando o uso cotidiano e histórico do qual a humanidade tem lançado mão. O professor deve ter sempre em mente que aprender é construir significados e atribuir sentido a ele.

3.4. ARTES VISUAIS E A CRIANÇA

São linguagens que estão presentes no cotidiano da vida infantil. Em muitas propostas, as práticas de artes visuais são entendidas como mero passatempo, destituídos de significados. No entanto, ao rabiscar, desenhar, pintar, colar etc, a criança pode utilizar-se das artes visuais para expressar, comunicar e atribuir sentido as sensações, sentimentos, pensamentos e realidade.

As atividades em artes visuais indicam às crianças as possibilidades de transformação, reutilização, construção e criação. Com base nestas colocações o RCNEI propicia oportunidades de as crianças utilizarem instrumentos e materiais diversos para a exploração de suas características, propriedades e possibilidades de manuseio, criarem desenhos, pinturas, colagens e modelagens a partir de seu próprio repertório, explorarem os espaços bidimensionais e tridimensionais em suas produções artísticas, valorizarem suas próprias produções, de outras crianças e da produção da arte em geral.

Quando a criança está em contato com a arte possibilita a ela um desenvolvimento da linguagem visual e assim a criança vai ampliando sua comunicação e seus conhecimentos lingüísticos.

Para se trabalhar arte o professor precisa a princípio verificar o que a criança pensa, qual é o seu repertório. Todas as atividades oferecidas devem proporcionar que as crianças ampliem seu universo e que sejam capazes de desenvolver seu potencial.

O RCNEI traz uma nova proposta inserindo a música, considerando que ela faz parte da cultura da criança e é uma linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. O gesto e o movimento corporal estão intimamente ligados ao trabalho musical. Conforme o RCNEI, *“aprender música significa*

ampliar as capacidades perceptivas, expressivas e reflexivas com relação ao uso dessa linguagem” (Brasil, 2002: 176).

De acordo com o RCNEI, o trabalho com a música deve respeitar o nível de percepção e desenvolvimento das crianças em cada fase, bem como as diferenças sócio-culturais. Baseado neste referencial propõe-se o desenvolvimento das capacidades da criança em ouvir, perceber e discriminar diferentes gêneros, estilos e ritmos musicais, cuidando para não limitar o contato das crianças somente com repertório dito musical. Oportunizar a criança brincar, cantar e expressar suas sensações, sentimentos e pensamentos em relação ao que a música comunica.

Quando as crianças dançam o professor deve aproveitar e observar a sua espontaneidade trazida por elas mesmas. O RCNEI diz que o movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças, desde que nascem movimentam-se e apropriam-se do controle e da interação do seu próprio corpo com o mundo.

Ao movimentarem-se elas expressam sentimentos, emoções e pensamentos utilizando-se de gestos e posturas corporais.

Portanto, quanto mais rico e desafiador for esse ambiente, mais ele lhes possibilitará a ampliação de conhecimento acerca de si mesma, das outras e do meio em que vivem.

Com base nesta perspectiva:

- A familiarização com a imagem do próprio corpo;
- A exploração de gestos, posturas e ritmos para expressar e comunicar-se na relação com a brincadeira, com jogos e com o outro.

O trabalho artístico é muito importante para que as crianças aprendam a explorar o mundo à sua volta, existem muitos materiais que podemos utilizar durante as aulas de arte, que nos auxiliam a criar coisas novas e colocar um pouco daquilo que somos no mundo. Iniciar o trabalho com artes não significa apenas dispor para criança lápis, caneta, tinta massa de modelar etc. Vai muito além disso; a manipulação de diversos materiais é indispensável para que se familiarizem com todos os recursos possíveis para que possam criar, riscando e rabiscando suas próprias marcas.

Para desenvolver tais capacidades partiremos das criações das próprias crianças para que possam ir melhorando e ampliando através da observação da realidade com seus

colegas, ajuda e comentários da professora, e a apreciação dos outros. O papel do professor será de garantir oportunidades constantes para diversos exercícios e apoiar o aluno em suas criações, desenvolvendo a autonomia durante a realização das atividades.

3.5. CONHECIMENTOS SOBRE NATUREZA E SOCIEDADE

De acordo com o RCNEI o ensino de história, geografia e ciências (natureza e sociedade) devem partir da interação da criança com o meio natural e social, respeitando as diferenças, as especificidades, as abordagens e enfoques do campo da ciência humana e natural.

O trabalho com este eixo deve propiciar experiências que possibilitem uma aproximação ao conhecimento das diversas formas de representação e explicação do mundo social e natural, para que as crianças possam estabelecer progressivamente a diferenciação que existe entre as explicações do senso comum e do conhecimento científico.

Baseada nestas idéias, a proposta oportuniza as crianças que ampliem suas experiências, favorecendo a construção do conhecimento sobre o mundo social e natural, formulem perguntas, confrontem idéias, busquem soluções para que, posteriormente e gradativamente, possam compará-las com aquelas que a ciência propõem, e ainda possam explorar e estabelecer relações com o ambiente e as diferentes formas de vida.

As referências de atividades do Referencial Curricular são as mais recentes pesquisas na área do desenvolvimento da aprendizagem, destacam a urgência que devem ser tornadas as mais rápidas possíveis para maiores investimentos na formação de professores que atuam na Educação Infantil. Assim como diz o Referencial, *“o papel do educador é o de desafiar a criança para a conquista de novas capacidades”* (Brasil, 2002: 56).

A última proposta analisada, a do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, que é produto de um amplo processo de discussão a nível nacional e teve a contribuição mais direta de vários educadores, foi divulgada no ano de 1998, numa perspectiva construtivista ancorada na teoria de Jean Piaget, baseada no desenvolvimento da atividade mental do sujeito e no processo de construção do conhecimento.

As atividades propostas nessa faixa etária devem ser conteúdos que estejam integrados ao cotidiano da criança, em forma de projetos que ampliem diversas dimensões do mundo social e natural do qual ela faz parte. Atividades que envolvam histórias, brincadeiras,

jogos, músicas visando respeitar sempre a cultura um dos outros, o contato com os animais e plantas devem ser explorado de forma que compreendam e a partir daí possam preservá-los, experiência bastante interessante para as crianças.

Na medida em que as crianças crescem, se deparam com situações, fatos do mundo, perguntam, reúnem informações e se organizam e ocorre a partir daí mudanças fundamentais para conhecer a natureza.

Durante os primeiros anos de vida, o contato com o mundo permite que a criança por ela só construa seus conhecimentos, relacionado a existência dos seres, objetos, formas, sons, cores, desejos, emoções etc. A comunicação e a constante interação com outras pessoas facilita a compreensão das primeiras significações referentes aos elementos do mundo, sendo possível compartilhar novos conhecimentos.

Movidas pela curiosidade, as crianças podem conhecer o mundo através de atividades física, afetiva, mental, lúdica. É importante para a formação integral que as crianças encontrem na escola desde cedo, um espaço vivo e cheio de informação sobre diversos conteúdos que compõe o inverso de seu conhecimento. No universo infantil trabalharemos temas da vida cotidiana, com projetos que desperte neles a sua própria curiosidade.

As crianças desde muito cedo já desenvolvem conceitos sobre o mundo natural que os rodeia. Por isso um dos objetivos dentro dessa disciplina é que as crianças construam uma idéia ampla sobre o mundo que a cerca, que saibam ter uma postura investigativa, curiosa diante de tudo que vê, ampliem conceitos e que relacione o conhecimento cada vez mais significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o levantamento bibliográfico realizado durante esta pesquisa posso considerar que à construção de uma postura frente à criança e do novo lugar do adulto na relação com as crianças, emergem de princípios orientados durante várias práticas no interior das instituições que as tendem.

De acordo como foi pesquisado ainda há muitos obstáculos para serem superados e instalar de vez uma pedagogia realmente voltada para a educação infantil que vem aos poucos revigorando seus alicerces, fortalecendo suas especificidades.

As instituições de educação infantil têm como alicerce a parceria com as famílias juntamente com a comunidade em geral, sempre na busca de critérios rigorosos de qualidade a fim de construir um ambiente físico, social e com ênfase primordialmente para a formação dos profissionais, elementos estes acredito ser essenciais na construção de uma educação diferenciada.

No momento atual, como foi visto no transcorrer da pesquisa, que durante os primeiros anos da criança na escola deve ser derrubada a visão apenas e exclusivamente assistencialista, possibilitando o direito de todas as crianças à educação infantil através de serviços públicos especializados e gratuitos que priorizem a socialização como aspecto principal da educação da criança pequena, permitindo-nos afirmar uma conquista de uma identidade pedagógica própria.

Desta maneira os avanços vão marcando o curso da história que muitas vezes é vista por uma grande preocupação com as crianças. Esta preocupação deve ser observada

quanto ao espaço e na organização, acredito que o ambiente deve ser organizado, um espaço voltado para as crianças expressarem sua criatividade através do seu próprio conhecimento.

A instituição infantil é, portanto, uma instância que engloba a promoção social, e é preciso ter como pressuposto leis favoráveis na constituição para uma educação de qualidade voltada para a criança, participante e ativa da realidade social e transformadora do mundo.

Para que então possamos compreender que os primeiros anos na escola devem ser vistos como um período precioso, cuja personalidade esta sendo preparada para investir no futuro.

Cabe considerar que um olhar para o futuro pode representar um diferencial inovador e fundamental. E para obtermos sucesso em educação é preciso inovar, e essa inovação passa por legitimação, por meios de estratégias de valorização, que sem dúvida, são muito importantes. É necessário percebermos que a realidade está além do que desejamos para uma escola de qualidade, pois a política existente nem sempre oferece mecanismos legais para que a mesma se concretize.

A preocupação com a qualidade da educação infantil sempre vem a tona de grandes discussões, percebe-se que é necessário basear o atendimento no respeito aos direitos da criança, em primeiro lugar, para que seja possível mostrar aos legisladores a importância de garantir de um mínimo de qualidade com a primeira etapa da educação básica.

No atual cenário destaca-se que os marcos legais estão sendo divulgados e encontra-se em andamento, mesmo que ainda de forma desigual em diversos contextos. Apesar de grandes diferenças regionais da realidade social, observa-se, no entanto a persistência de modelos de atendimentos para creches e pré-escolas bastante resistentes a mudanças definidas pela legislação.

Entretanto a incorporação recente aos sistemas de ensino parece estar trazendo alguns benefícios, com maior preocupação na formação dos profissionais e com a proposta pedagógica.

Em geral emerge estudos para colaborar com situações que visa buscar mudanças, apresentando desafios que parecem se instalar à medida que a sociedade tome consciência da importância da educação infantil.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Denise Branco de; MINEIRO, Célia Regina & KOSELY, Nancy Trindade. **Convivendo com a pré-escola: Teoria e prática da educação pré-escolar**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1997.

ANGOTTI, Maristela. **Semeando o trabalho docente**. In: OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org). **Educação Infantil: muitos olhares**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BORGES, Tereza Maria Machado. **A criança em idade pré-escolar**. São Paulo: Ática, 1994.

BASSEDAS, Hugget & SOLÉ. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Rio Grande do Sul: Artmed, 1999.

BONDIOLI, Anna & MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 2002. (vol. I, II, II).

DANYLUK, o.s. **Alfabetização matemática: o cotidiano da vida escolar**. Caxias do sul: Educs, 2002.

DELVAL, Juan. **Crescer e pensar: a construção do conhecimento na pré-escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

- DIDONET, Vital. **Atendimento ao pré-escolar:** Educação e Psicologia. 3.ed. Brasília: MEC 1979.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre a alfabetização.** São Paulo: Cortez, 1986.
- FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **Psicologia da língua escrita.** Porto Alegre: Artes médicas, 1985.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FERREIRO, Emília In: FRARE, José Luiz. **Pré-escola deve alfabetizar?** nova escola. São Paulo, ano V, nº 44:10-16, nov/1990.
- FONSECA, João Pedro da. **Possibilidades e limites da pré-escola.** Mato Grosso do Sul: UFMS, 1986.
- GARRETT, Henry Eduard. **Grandes experimentos da psicologia.** 4.ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- GARDNER, Howard. **Estrutura da mente:** a teoria das inteligências múltiplas. 1.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- GARCIA, Regina Leite. (et al) **Revistando a pré-escola.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil:** a arte do disfarce. 2.ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- LEAL, Antônio. **Jogos e invenções para uma escrita política e liberária.** Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Mimeo, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítica social dos conteúdos. 11.ed. São Paulo: Loyola, 1993.
- MACHADO, Izaltina de Lurdes & VALENTINA, Irmã Maria. **A pré-escola brasileira:** educação Montessori de um homem para o mundo. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1986.
- MUSSEN, Paul H. **O desenvolvimento psicológico da criança.** 9.ed. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 1980.
- NIDELCOFF, Maria Tereza. **Uma escola para o povo.** 31.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org). **Educação Infantil: muitos olhares**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PIAGET, Jean. **Seis estudos da psicologia**. 15.ed. Rio de Janeiro: Editora FU, 1987.

_____. **A psicologia da criança**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **Psicologia e pedagogia**. Tradução de Dirceu A. Lindoso. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

PILLAR, Analice Dutra. **Desenho e construção de conhecimento infantil**. Porto Alegre: Artes médicas, 1996.

RAPPAPORT, Clara Regina. **Temas básicos da psicologia: psicopatologia infantil**. São Paulo: EPU, 1982.

_____. **Psicologia do desenvolvimento: a idade escolar e a adolescência**. 2.ed. São Paulo: Editora EPU, 1982.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Rocha Wagner & DAVIS, Cláudia. **Psicologia do desenvolvimento: a idade pré-escolar**. 5.ed. São Paulo: Editora EPU, 1981.

_____. **Psicologia do desenvolvimento: teorias do desenvolvimento**. 7.ed. São Paulo: Editora EPU, 1981.

SALDANHA, Maria de Lurdes Alves. **Alfabetização: a sua trajetória**. Rolim de Moura – RO: Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, 1993.

SAMPAIO, Carmem Sanches. **Alfabetização na pré-escola**. In GARCIA, Regina Leite (org). **Revistando a pré-escola**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SOUZA, Roselene Silveiro de & CORDEIRO, Luciana Peixoto. **Escolas infantis: leitura e escrita**. Rio Grande do Sul: Edelbra, 1986.

TEBEROSKY, Ana. **Psicologia da linguagem escrita**. 2.ed. São Paulo: Trajetória Cultural/UNICAMP, 1990.

TEBEROSKY, Ana & CARDOSO, Beatriz. **Reflexões sobre o ensino da língua**. Campinas: Trajetória cultural, 1990.

TELFORD, Charles & SAWREY, James M. **Psicologia:** uma introdução aos princípios fundamentais do comportamento. 5.ed. São Paulo: Curtrix, 1980.

TIRIBA, Léa. **Buscando caminhos para a pré-escola popular.** São Paulo: Ática, 1992.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

•